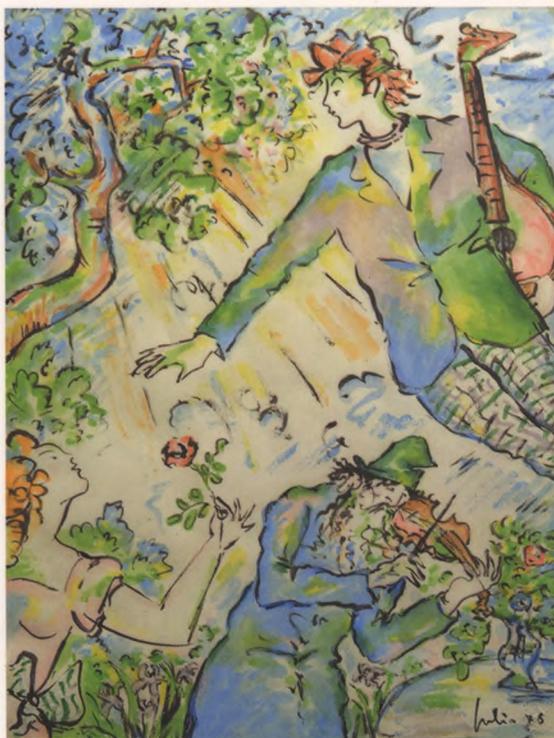


REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



ARTES

VOLUME 32, 2011

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

RECENSÕES CRÍTICAS

Filipe Ribeiro de Meneses - *Salazar. Uma biografia política*. Tradução de Teresa Casal. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2010.

1. Ortega y Gasset, no seu famoso discurso sobre a "missão da Universidade", publicado originariamente, em primeira edição, num periódico, *El Sol*, apesar de explicar o sentido das suas palavras, lamentando ter de se dirigir aos seus "companheiros jornalistas", afirmava:

"Cuanto más importancia substantiva y perdurante tenga una cosa o persona menos hablarán de ella los periódicos, y en cambio destacarán en sus páginas lo que agota su esencia con ser un 'suceso' e y dar lugar a una noticia".

Misión de la Universidad, Madrid, Revista de Occidente, 1930, p. 142

Pela minha parte, peço desculpa ao autor desta "biografia política" sobre Salazar e ao diário *Público*, de que sou leitor assíduo, pelo facto de, quiçá injustamente e de forma inconveniente, começar por esta citação, com vista a salientar a opinião de me parecer que a obra ficou prejudicada pela adjectivação exagerada e até sensacionalista com que foi caracterizada, quer quando foi ali apresentada, em 29 de Outubro de 2009, na altura em que saiu a sua edição em língua inglesa (*Salazar. A Political Biography*, New York, Enigma Books, 2009. "The First English-Language Portrait of Portugal's Ruler"), quer quando apareceu a tradução portuguesa (*Público*, 20 de Dezembro de 2010). A obra foi, como facilmente se percebe pela leitura do periódico, colocada num patamar de excepcionalidade, passando o seu autor, até aí quase praticamente desconhecido entre nós, a ser apresentado como uma estrela de primeira grandeza entre os historiadores.

Na verdade, o livro, que agora se aprecia, com objectividade, e o seu autor - *senior lecturer* na National University of Ireland, em Dublin, e que publicou outros livros, um deles de correspondência diplomática no tempo do Estado Novo, e outros sobre o sidonismo e sobre Afonso Costa -, devem ser considerados no seu justo lugar, no âmbito da historiografia portuguesa e, mais especificamente, da historiografia portuguesa sobre o Estado Novo. Só desta forma se pode conceder-lhes um lugar correcto, não lhes insuflando demasiada importância, mas não caindo também numa crítica por ventura demasiado contundente, que felizmente não foi feita, nem mesmo na recensão de Manuel Loff, no *Público* de 10 de Julho de 2011, ao invés do que pode parecer indiciar o comentário do próprio periódico.

2. A toda esta inconveniente propaganda não foi, no entanto, de todo inocente (mesmo que inconscientemente) o autor da obra, que procurou sublinhar a importância do seu "produto". Notou que Salazar permanecia "um mistério no mundo anglofilo" (p. 12) - asserção que se poderia repetir para qualquer outro "mundo" onde domine outra língua (como o francês ou o alemão) e que reflecte afinal o império que hoje tem a língua inglesa (pp. 12-13); afirmou que eram "escassas as biografias académicas em português", que atribuiu (claro está) à pressão dos "modelos marxistas e dos *Annales*"; notou que a biografia de Franco Nogueira (ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar) era de uma "extensão desmesurada" - um "monstro de seis volumes" (pp. 13 e 14) -, o que jamais alguém ousaria dizer da obra científica de Renzo de Felice sobre Mussolini, com sete ou oito volumes, o que não impediu Meneses de citar por várias vezes a obra de Nogueira, sem, todavia, a incluir na biografia final (!); não deixou (é certo) de falar na "excelente investigação histórica sobre as estruturas e funcionamento do Estado Novo", que diz ter sido "em muito" a base do seu trabalho (p. 13), mas a verdade é que a bibliografia que vai citando e a bibliografia final é de uma evidente pobreza relativamente a esses estudos, esquecendo muitos e não sabendo utilizar outros no decorrer da sua leitura sobre Salazar.

É notório que faltava um trabalho académico sobre Salazar (mesmo em língua portuguesa), mas seria no mínimo correcto citar os longos estudos que o tiveram como objecto nos dois dicionários sobre o Estado Novo que, evidentemente, não deixou de referir e de usar (Fernando Rosas e José Maria Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 vols., Lisboa Círculo de Leitores, 1996, e António Barreto e Maria Filomena Mónica, *Dicionário de História de Portugal, Suplemento*, 3 vols., Porto, Livraria Figueirinhas, 1999-2000). Refiro-me às biografias apresentadas por dois dos coordenadores desses dicionários, Fernando Rosas (vol. 1, pp. 861-876) e António Barreto (vol. IX, pp. 283-390). Esqueceu-se também de mencionar

o trabalho inicial, simples mas correcto, concretizado num estudo de síntese seguido de uma antologia, de Jorge Ramos do Ó (*O lugar de Salazar. Estudo e antologia*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990), e mesmo as fotobiografias de dois jornalistas que, embora passíveis de críticas e de correcções (que obra não o é?), não devem ser esquecidas, dado que a imagem tem um lugar fundamental como fonte histórica (Fernando Dacosta, *Salazar. Fotobiografia*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000, e Joaquim Vieira, *Salazar, "Fotobiografias. Século XX"*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001).

Essa falta de referências - que, como se disse, é evidente em toda a obra e na bibliografia final (como veremos) - dá-nos conta de um defeito fundamental, ou seja, a incapacidade de dialogar com a longa série de estudos que saíram sobre Salazar e o Estado Novo. Em poucas palavras, Filipe Ribeiro de Meneses padece de um defeito muito comum na historiografia de Época Contemporânea portuguesa a que chamo a "síndrome das Descobertas" (em contraponto ao que Vitorino Magalhães Godinho me confienciava, nos anos oitenta, relativamente à historiografia portuguesa em geral, a que chamou "síndrome da *Monarquia Lusitana*", por, segundo dizia, descer às mais remotas origens históricas e tudo citar), ou seja, o erro de abordar um tema como se fosse o primeiro a fazê-lo (embora não o dizendo exactamente assim), esquecendo o trabalho que foi até então desenvolvido - e com grande esforço - por muitos historiadores e alguns publicistas (cf. a nossa comunicação, em fase de publicação, "O Estado Novo na historiografia. Uma perspectiva crítica", apresentada no colóquio internacional "Historiografia, memória e sociedade. Séculos XIX e XX", realizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa, em 24 e 25 de Janeiro de 2011).

O autor quis fazer valer a "originalidade" do seu estudo - que é um facto em certos aspectos -, mas, ao mesmo tempo, para se defender de possíveis críticas, referiu logo duas limitações: por um lado, sublinhou que o "livro foi pensado e escrito para um público de língua inglesa" (p. 19); por outro lado, quis acentuar que "o presente volume [com mais de 600 páginas] nunca foi concebido como uma biografia exaustiva de Salazar" (p. 16).

A propósito destes dois pontos, comentarei, em relação ao primeiro, que um livro de História não deve ser feito para um público de uma língua e de uma cultura específicas. Não o foram assim, com certeza, as várias biografias realizadas por historiadores, de diversas nacionalidades, sobre Hitler, Mussolini ou Franco. Quando muito, poderá publicar-se uma obra com objectivos de "divulgação", para um público menos académico, "divulgação" no seu verdadeiro sentido, tendo em conta que (como tenho dito) só "divulga" (tendo como objectivo tornar um tema estudado por académicos de "conhecimento vulgar") quem, efectiva e profundamente, investigou, o que em certo sentido é o caso do autor. No que diz respeito

ao segundo ponto, direi que nenhuma biografia é "exaustiva", o que não significa que não tenha necessariamente de abordar alguns aspectos (de forma significativa e signficante), sob pena de nos dar uma visão fragmentada ou pouco estruturada do biografado. Assim, de resto, sucedeu com a sua "biografia" sobre Afonso Costa (*Afonso Costa*, Alfragide, Texto Editores, 2010), que, sendo apresentada como tal (pelos menos no domínio editorial - o título deveria ter sido mais detalhado), é tudo menos uma biografia sobre o líder do Partido Democrático da Primeira República, mas apenas uma investigação sobre o político e o diplomata republicano a partir da Primeira Guerra Mundial, em especial sobre a sua acção na Conferência de Paz, como, aliás, o autor acaba por confessar e como o leitor descobre com uma facilidade meridiana.

3. O facto de não pretender ser uma "biografia exaustiva", não podia afastar o autor de uma análise correcta e profunda do início de vida de Salazar, sobre a qual só diz trivialidades ou lugares comuns.

Na verdade, não analisou com originalidade os aspectos peculiares da sua infância e a aprendizagem inicial na sua aldeia do Vimieiro e na vila de Santa Comba Dão ou a sua vida no seminário de Viseu (onde encontrou um dos seus amigos e colaboradores, Mário de Figueiredo) ou a sua preparação como prefeito no Colégio da Via Sacra, dirigido pelo cónego António Barreiros, e a influência que era ali exercida pelo modelo de ensino de tipo inglês, por via do pensamento e da prática de Edmond Demolins, autor que acabaria por exercer uma grande influência na ideologia de Salazar, ideologia que jamais é analisada com profundidade e rigor. Ao falar da sua licenciatura em Direito, nunca aparece uma referência à sua formação, aos seus professores, às suas classificações e aos livros que terá lido; ao referir-se à sua vida coimbrã, não analisou o significado do seu convívio com a família Perestrelo, de quem o pai era feitor, e com Serras e Silva, lente de Medicina, professor da Faculdade de Letras e interessado pela Sociologia, ou com o ideólogo católico Diogo Pacheco de Amorim, autor de uma obra de referência, *A Nova Geração* (Coimbra, França & Arménio Livreiros-Editores, 1918); não valorizou devidamente a sua militância no CADC, que não caracteriza com devido cuidado, como não deu significado verdadeiro à "república" em que viveu, de "homens católicos" (Manuel Gonçalves Cerejeira e os convidados frequentes, de que se destacam José Nozolini, Mário de Figueiredo, Fezas Vital, Manuel Rodrigues Júnior), no antigo "Colégio dos Grilos" (assim chamado, não porque se localizasse na rua dos Grilos, a que o colégio deu o nome, mas sim porque ocupava o colégio outrora dos eremitas descalços de Santo Agostinho, cujo tipo de hábito originou a alcunha de "grilos"). Bissaya Barreto que acompanhou a doença da mãe de Salazar,

sendo um dos seus poucos amigos fiéis e visita regular, e que exerceu sobre ele grande influência, pouco é referido, apesar de citar a dissertação de mestrado, publicada, de Jorge Pais de Sousa (*Bissaya Barreto. Ordem e Progresso*, Coimbra, Minerva, 1999), passando-se o mesmo com Artur Águedo de Oliveira, cuja tese de doutoramento terá seguido e que veio a ser um dos seus "homens de mão" nas Finanças. O mestre de Salazar, José Marnoco e Sousa, nunca é citado pelo seu nome nem é dado relevo à sua obra; também passa ao de leve pela sua ligação ao Centro Católico Português e à teoria política neo-tomista que ali apresentou num dos congressos mais significativos (Lisboa, 1922); nunca se refere às teses de consenso, que fizeram despertar um nacionalismo de direita, da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira, embora cite o livro fundamental de Ernesto Castro Leal; na ascensão de Salazar, esquece a importância do diário de Ivens Ferraz, publicado por César Oliveira (*A ascensão de Salazar*, Lisboa, Editora O Jornal, 1988), e não dá a devida importância a António Ferro, a quem Salazar deu entrevistas de grande significado ideológico e propagandístico, que tornaram a sua obra o maior *best-seller* do tempo, ao mesmo tempo que polémica, pelo menos na sua tradução inglesa (*Salazar. Portugal and her Leader*, London, Faber and Faber, 1939), em que, embora a cite na bibliografia final, não capta o sentido da introdução, redigida por Sir Austen Chamberlain; apesar de não deixar de falar dos "camisas azuis" de Rolão Preto, não releva que deles proveio um grupo significativo de salazaristas (curiosamente, apesar de muito citar António Costa Pinto, por ser o autor mais traduzido no estrangeiro, não refere na bibliografia a sua obra principal - *Os Camisas Azuis. Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal 1914-1945*, Lisboa, Estampa, 1994)...

Foi, entretanto, referindo alguns textos de época, não captando profundamente o seu significado. O Coronel Egerton, cuja obra sobre Salazar foi encomendada pelo Estado Novo (F. Clement C. Egerton, *Salazar: rebuilder of Portugal*, London, Hodder & Stoughton, 1943) vai sendo referido, transcrevendo-se aqui e ali o seu testemunho, ao mesmo tempo que omite outros, mesmo de língua inglesa (evidentemente o do militante comunista Ralph Fox, *Portugal now*, London, Lawrence and Wishart, 1937, cuja tradução portuguesa foi editada recentemente); diz que Salazar fez em Viseu o "ciclo preparatório" (*sic* - p. 25) e que foi "professor" no Colégio da Via Sacra, querendo referir-se aos "estudos preparatórios" do seminário, onde veio a completar o curso de Teologia, e à função de prefeito na escola do Padre Barreiros; para o autor, todos os estudantes de Coimbra se conheciam e formavam uma elite, que não soube caracterizar na sua complexidade; não cita uma das obras de estudo do CADC que teve duas edições (João Paulo Avelãs Nunes, Jorge Seabra e Rafael Amado, *O C. A. D. C. de Coimbra, A Democracia Cristãe os inícios do Estado Novo 1905-1934*, Coimbra, Faculdade

de Letras, 1993.2.^a edição: Lisboa, Colibri, 2000) e que o ajudariam a compreender em que medida o pensamento católico contribuiu para formar uma linha integrista, importante para a formação de autoritarismo de direita; nem uma palavra escreve (como se afirmou) sobre o magistério de José Marnoco e Sousa, o seu mestre de Direito, nem mesmo cita o livro em que Marnoco tentou, com José Alberto dos Reis, defender e caracterizar a Faculdade de Direito no ano dramático de 1907 (Alberto dos Reis e Marnoco e Sousa, *A Faculdade de Direito e o seu ensino*, Coimbra, França Amado, 1907); não trabalhou, com certeza (não o cita na relação dos arquivos consultados - p. 773), no Arquivo Distrital de Viseu, assim como não visitou o Arquivo da Universidade de Coimbra, onde encontraria todo o processo académico de Salazar, como não viu ou não citou sequer o *Anuário* da referida Universidade...

Pode dizer-se, aliás, que há um erro metodológico fundamental no livro de Filipe Meneses. Vai citando fontes caso a caso, sem reflectir maduramente sobre o seu significado, nunca procurando - e isso deveria ter sido a sua preocupação primeira - distinguir com nitidez o mito de Salazar e a sua "realidade". Ao invés, a condução da sua análise leva-nos a pontos de que talvez devesse fugir - a ideia finalista de que Salazar nasceu para ser "chefe". Como diz, logo no início da biografia, "Salazar politicamente ambicioso foi obrigado a marcar passo até 1926, já que as suas predilecções católicas não contavam com as boas graças da I República" (p. 21).

4. Dessa forma, e apesar de ter compreendido as contradições de Salazar, a ideia que o autor pretende afirmar - numa argumentação desgarrada e ambígua - é que ele foi, acima de tudo, um estadista conservador e católico (nem especifica bem que tipo de católico), afastado do totalitarismo e de qualquer tipo de fascismo, só entrando na linha "fascizante" por pressão da guerra civil de Espanha. Mais: deseja mesmo minorizar o "corporativismo" do regime, não tendo lido ou citado fontes fundamentais, como algumas obras de Marcello Caetano (por exemplo, *O Sistema Corporativo*, Lisboa, 1938) ou de Castro Fernandes (*O Corporativismo Fascista*, Lisboa, Edições Império, 1938), ou mesmo, por outro lado, o estudo pioneiro de Manuel de Lucena sobre o corporativismo (*A Evolução do Sistema Corporativo Português*, vol. I, *O Salazarismo*, e vol. II, *O Marcelismo*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1976). Outras fontes impressas, como o *Decálogo do Estado Novo* (1934), atribuído a João Ameal (autor que nunca cita!), ou vários outros livros de autores que se poderiam chamar "homens de Salazar", como Carneiro Pacheco, Águedo de Oliveira, Manuel Rodrigues Júnior, Mário de Figueiredo, o próprio António Ferro, não são referidos ou são-no de forma escassa e dispersa. Teria então percebido que mesmo eles tinham dificuldade em entender que o sistema salazarista não era "totalitário" (em certo sentido). Parece mesmo

que Ribeiro de Meneses não leu muita bibliografia recente sobre o fascismo, nem participou nos debates havidos em muitos colóquios, que o levariam por certo a ser mais interrogativo e a tornar mais complexas as suas reflexões, que por vezes são de um simplismo evidente.

De resto, o que pretende ainda mostrar de uma forma quase elementar é que não houve uma doutrina salazarista ou então, se houve, não constituiu uma clivagem com o passado. Tendo como base o *Diário da Manhã* e seguindo a própria posição de Salazar, escreveu Filipe Ribeiro de Meneses: "O salazarismo, a ter existido como doutrina, não representou uma ruptura clara com os fundamentos do nacionalismo português da viragem do século" (p. 108). É como se o salazarismo não representasse nada de novo do ponto de vista ideológico ou como se o "salazarismo" não tivesse mesmo existido. É uma ideia facilmente posta em causa pelas palavras e pelos factos do salazarismo, que procurei apresentar no meu livro *Estados Novos, Estado Novo* (2.^a ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 2009), que não havia sido ainda publicado quando saiu a edição inglesa de *Salazar - Uma biografia política*, mas que já viera à luz aquando da publicação da edição portuguesa. Evidentemente não afirmo, reservando-me uma posição mais modesta, que esse livro e alguns dos seus capítulos (antes publicados sob a forma de artigos que poderiam ter sido consultados), tenham de servir de referência, embora considere que essa obra deveria ser analisada, como as obras de Fernando Rosas, Manuel Braga da Cruz, António Costa Pinto, João Medina, Manuel Loff, Irene Pimentel, e tantos novos e velhos historiadores de que vai citando algumas obras, parecendo desconhecer completamente outras.

Obviamente que o nacionalismo de Salazar era diferente - com o que parece consolar-se, deixando cair a palavra "felizmente" (p. 109) -, porque a realidade era outra, dos nacionalismos mais violentos da Europa, como era diferente a sua lógica totalitária, ou o seu corporativismo, ou sua concepção de "Chefe", mas o certo é que havia pontos de semelhança que Meneses prefere não pôr em confronto e muito menos em destaque. Salazar navegava na lógica paradoxal, bem captada por Eduardo Lourenço, do "fascismo que nunca existiu" (ver *O Fascismo nunca existiu*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1976), ou da caracterização do "fascismo sem movimento fascista", na expressão de Manuel Lucena (*ob. cit.*, vol. I), ou da "retórica da invisibilidade" segundo José Gil (*Salazar: A retórica da invisibilidade*, Lisboa, Relógio de Água, 1995). Por vezes vale muito a pena ler ensaístas, sociólogos, filósofos... Mas, mesmo que Filipe Meneses não quisesse apelidar de "fascismo" (em sentido genérico) o pensamento e a prática de Salazar, no que é acompanhado por vários historiadores portugueses e estrangeiros (quando se querem confrontar com o problema, o que é raro), é indubitável que ele tem sinais característicos bem contornados. É difícil,

perceber as suas origens e características ideológicas, que pairam entre uma teoria da educação de Demolins, uma concepção neotomista em ligação com uma teoria de "Razão de Estado Católica", uma prática política de Maurras (que Salazar diz recusar ou minorizar), uma concepção sociológica conservadora e terapêutica do tipo de Le Play, uma concepção corporativista católica com uma inversão estatizante, uma ideia sócio-jurídica bebida na Faculdade de Direito sobretudo no seu mestre Marnoco e Sousa, e uma prática económico-política pragmática própria de uma "economia de guerra" ou, mais latamente, de uma "economia de crise". E seria preciso consultar a bibliografia, que por certo Salazar manuseou, como estudante e como professor, que se encontra no Instituto Jurídico de Coimbra, para ir mais longe na observação do seu caso.

Ainda que seja verdade, como diz, que é preciso distinguir Salazar do "Estado Novo" (p. 193) - o salazarismo como doutrina para ele não existiu -, o certo é que nunca isso fica claro na análise de Meneses. O que sempre vem ao de cima é a sua tendência para o afastar das tendências marcantes da política do tempo. Já nem quero falar de Mussolini, que Salazar considerou em 1938, um "génio político", num discurso público ("Preocupação da paz e preocupação da vida", discurso proferido em 27 de Outubro de 1938, *Discursos*, III, p. 105). Mesmo que fale da "Política do Espírito" de António Ferro (que dizia num seu artigo que havia que escolher entre Moscovo ou Roma - "Esquerda e direita", *Diário de Notícias*, 7 de Novembro de 1932), procura desvanecer essa ligação, assinalando pelo menos o seu fracasso ou o fracasso da "Política do Espírito" (p. 199). É como se a acção de propaganda doutrinária - que é uma das características mais marcantes do salazarismo - fosse alguma coisa que não dizia respeito a Salazar, mas tão só ao Estado Novo, de que afinal foi o principal construtor.

Se no domínio das fontes se deve assinalar a leitura (por assim dizer) sistemática, feita por Ribeiro Meneses, do Arquivo Salazar existente na Torre do Tombo (não deixando eu de assinalar que ele é incompleto, pois faltam-lhe, pelo menos, elementos como aqueles, mais ligados às suas férias e por certo menos importantes, que se encontram em poder da biblioteca de Santa Comba Dão), ressalta a falta de leitura apurada dos discursos de Salazar. Se cita alguns, mesmo alguns deles que não se encontram nos seis volumes publicados com a chancela do próprio Salazar (*Discursos e notas políticas*, Coimbra, Coimbra Editora, 1935-1967) e sim em jornais ou os que se agrupam na série publicada pelo SPN / SNI denominada "O Pensamento de Salazar", também é verdade que cita muitas vezes os discursos em segunda mão, não percorrendo de forma continuada e significativa as densas e calculadas palavras proferidas pelo estadista, nos referidos *Discursos* e nas *Entrevistas* de 1960-1966 (Coimbra, Coimbra Editora, 1967) e outras anteriores,

que constituem fontes fundamentais para entender a complexidade, a originalidade e a ambiguidade da sua doutrina.

5. Para além de ser significativo (como se acabou de dizer) o esforço de Ribeiro de Meneses no sentido de percorrer o Arquivo Salazar - estranhamente (talvez por erro de tradução) usa o termo "diário" em referência às *agendas* de Salazar -, o ponto forte da obra é o seu estudo sobre as relações externas do Estado Novo. De resto, foi esse sobretudo o alvo dos seus estudos anteriores. Mas não deixa de ser sintomático que não tenha citado as obras escritas em português ou em castelhano sobre Salazar e a Guerra Civil de Espanha. Refiro-me às teses de doutoramento de César Oliveira (*Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, O Jornal, 1987), de Alberto Pena Rodríguez (*El Gran Aliado de Franco. Portugal y la guerra civil española: prensa, radio, cine y propaganda*, Corunha, Edicions Castro, 1998) ou a que citaremos de Manuel Loff. O mesmo se pode dizer de algumas obras sobre as relações externas durante a Segunda Guerra Mundial. Embora refira António José Telo, algumas obras deste autor, que se dedicou especialmente ao tema e às relações de Portugal com a NATO, ficaram por mencionar, assim como não foram citadas outras obras sobre o tema da guerra e do pós-guerra, que originou congressos, com actas publicadas, que se realizaram por altura do cinquentenário do início o do fim do conflito mundial, e obras sobre diplomatas e questões diplomáticas. Um exemplo flagrante é o facto de não ter referido alguns livros e artigos significativos sobre Aristides de Sousa Mendes e documentos diplomáticos de Veiga Simões, ministro em Berlim antes e nos primeiros anos da guerra, nomeadamente os notáveis relatórios que dali enviou, que se encontram no Arquivo Histórico-Diplomático e que foram transcritos numa obra de Lina Madeira (*Correspondência de um diplomata no III Reich. Veiga Simões: ministro acreditado em Berlim de 1933 a 1940*, Coimbra, Mar da Palavra, 2005). É curioso ainda que tenha citado a obra com intuito ideológico coordenada (e não "editada", que em português significa outra coisa) por Jaime Nogueira Pinto, *Salazar visto pelos seus próximos* (Lisboa, Bertrand, 1993) e se tenha esquecido de obras publicadas no tempo de Salazar, que surgiam também com a intenção manifesta de provar a relevância que o estadista tinha na política internacional (*Salazar perante o mundo*, Editora Portugal-Ultramar, Ano XVIII da Revolução Nacional, 1944, e *Projeção de Salazar no estrangeiro*, Porto, UN, 1949). Se citou, na sua edição inglesa, a obra de Luís Teixeira sobre a política de Salazar na guerra (*Portugal e a Guerra. Neutralidade colaborante*, Lisboa, 1945), não fez o mesmo acerca da obra, em vários volumes, *Dez anos de Política Externa*, que contém muitos documentos político-diplomáticos escritos no contexto da Guerra e que foi publicada para comprovar esta posição política. Aliás, o seu título completo é sintomático:

Dez Anos de Política Externa. 1936-1947. A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial. Também não referiu ainda livros sobre a política externa de admiradores de Salazar, portugueses (como Matos Gomes, *Política Externa de Salazar*, Lisboa, Edições Além, 1953) e estrangeiros. Teses de mestrado como a de Helena Janeiro, *Salazar e Pétain. Relações Luso-Francesas durante a II Guerra Mundial (1940-44)* (Lisboa, Cosmos, 1998), ou a de Manuel Loff, *Salazarismo e Franquismo na época de Hitler (1936-1942)* (Porto, Campo das Letras, 1996), ou de doutoramento, como a de Luís Vieira Andrade, *Neutralidade colaborante* (Ponta Delgada, Coingra, 1993), não foram também consideradas.

Claro que Meneses não teria de estar de acordo com os historiadores que escreveram sobre o tema ou à volta do tema. Mas, assim, dá a ideia que esqueceu o que havia sido escrito ou recusou-se a dialogar com a historiografia portuguesa, pois o certo é que nunca omitiu nada (ou pouco) do que se escreveu em língua estrangeira, mesmo que se tratassem de obras de época ao serviço do regime ou obras muito simples, ou mesmo simplistas, de historiadores (ou politólogos) que escreveram noutras línguas, nomeadamente em inglês. A ideia com que por vezes se fica - com certeza injustamente - é que Filipe Meneses pegou nas obras que tinha à mão, sem procurar outras, ou então, em alguns casos, as obras que, de uma maneira ou de outra, poderiam justificar as suas teses. E, neste caso, a tese que se destaca é que Salazar esteve mesmo acima de todas as linhas ideológicas que se debateram, mantendo sempre uma atitude de neutralidade ou de neutralidade colaborante. A sua posição, logo definida no início do capítulo IV, com que começa o estudo da II Guerra Mundial, é que tudo estaria confuso entre os historiadores, no mundo da interpretação do posicionamento de Salazar e, obviamente, o seu objectivo era de um recto esclarecimento dessa situação (p. 249). Daí que tenha concluído o que já era consabido, embora tenha sido interpretado de modos diferentes.

Nada de novo surge na investigação sobre o pós-guerra, nem sobre as políticas da oposição ou das oposições, onde mais uma vez esqueceu o que já se escreveu sobre a matéria. E, quanto ao período da Guerra Colonial, nada de original também, esquecendo-se de citar as mais importantes obras saídas sobre o tema, como as de Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes.

6. Quando saliento que em vários aspectos nada (ou pouco) de novo existe na obra de Filipe Ribeiro de Meneses, não pretendo ser demasiado duro. Existe algo de novo: é afinal a tentativa de estudar globalmente Salazar. Por outras palavras: muito já se sabia, até pela pena (custe ou não admitido, até porque a obra tem um cunho naturalmente ideológico salazarista e segue uma metodologia pouco científica, não citando as fontes) de Franco Nogueira. Mas, se quisermos ater-nos à bibliografia escrita por universitários

ou não universitários - pouco importa, desde que a metodologia histórica seja aplicada -, muito foi publicado e era por aí que o autor deveria ter começado. Escrever uma obra "para inglês ver" - e para português se comprazer, como tudo o que se faz no estrangeiro - foi um mau processo seguido pelo autor. Por isso comecei por dizer que a imprensa lhe fez um mau serviço e à sua obra, com uma adjectivação exagerada, tal como: a "obra que faltava na historiografia internacional", a obra que nos dá "uma ideia mais desapaixonada do homem e do regime de quase meio século", "Salazar era um buraco negro da historiografia portuguesa: há mais de quatro décadas que o país esperava pela biografia da figura mais importante do século XX português"..., e por aí além.

A obra é o que pode ser, com as suas qualidades e os seus defeitos. Neste caso parece desconhecer muito do que se fez sobre o Estado Novo, o salazarismo e Salazar, desde a obra de Manuel de Lucena sobre o corporativismo e desde os vários volumes do "Livro Negro sobre o Regime Fascista" (de que, todavia, cita alguns), passando por um sem número de obras, de números de revistas especializadas, de dicionários, de cronologias, de actas de colóquios que se realizaram até hoje. Procurou analisar Salazar por uma via sempre perigosa quando se elabora uma biografia, ou seja, pelo testemunho do próprio Salazar ou dos seus próximos, investigando a parte tratada do Arquivo de Oliveira Salazar, mas esquecendo, por exemplo, o arquivo da PVDE/PIDE. Usou de uma forma limitada a historiografia portuguesa ("fontes secundárias", como lhe chama, numa linguagem para mim mais do que discutível, embora usada sobretudo em países anglo-saxónicos - *secondary sources*), o que prejudica necessariamente a imagem da obra e, o que é mais lamentável, a imagem da historiografia portuguesa.

Enfim, a obra de Filipe Ribeiro de Menezes é mais uma obra sobre o Estado Novo, desta vez, intencionalmente, sobre a sua figura cimeira, António de Oliveira Salazar, que, obviamente deve e tem de ser lida. Espero, porém, que surjam outras, para que se torne cada vez mais evidente - embora já o seja - a figura do estadista que governou o país cerca de quarenta anos, numa lógica autoritária, de totalitarismo "à portuguesa" ou mesmo de "fascismo". Este "olhar de língua inglesa" é apenas mais um passo, adequado, no entanto, à de um país que foi aliado do Portugal salazarista e que tinha sempre de o justificar. É um passo em frente? Sem dúvida, porque toda a obra historiográfica é um passo em frente, mesmo que não traga muito de novo, ao contrário do que a imprensa propagou e propagandeou, parecendo dar razão ao que disse Ortega y Gasset há mais de setenta anos.

Coimbra/Figueira de Lorrvão, 14 de Agosto - 8 de Setembro de 2011

Luis Reis Torgal